VARA JUDICIAL DA COMARCA DE CASCA/RS PROCESSO 5000052-82.2014.8.21.0090 (ANTIGO 090/1.14.0000246-3 / CNJ 0000517-79.2014.8.21.0090)

RECUPERANDA: Comércio de Bebidas Centroserra Ltda.

ATA DA SEGUNDA CHAMADA DA ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDORES

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três (06/04/2023), às catorze horas (14:00 h), em plataforma virtual (sistema ZOOM), por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Cristiano Eduardo Meincke da Meritíssima Vara Judicial do Foro da Comarca de Casca/RS, nos autos da Recuperação Judicial 5000052-82.2014.8.21.0090 (antigo 090/1.14.0000246-3 / CNJ 0000517-79.2014.8.21.0090), realizou-se a SEGUNDA CHAMADA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES, com o escopo de analisar e deliberar acerca da aprovação, modificação ou rejeição do plano de recuperação judicial de COMÉRCIO DE BEBIDAS CENTROSERRA LTDA., nos termos do art. 35 da Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperações Judiciais e Falências), a qual foi presidida por sua Administração Judicial, SCALZILLI, ALTHAUS & SPOHR ADVOGADOS, representada pelo advogado EDUARDO COLLET GRANGEIRO, inscrito na OAB/RS sob o n. 76.602, com escritório profissional sito na Rua Carlos Huber, 110, Bairro Três Figueiras, em Porto Alegre/RS, CEP 91330-150, Fone (51) 3382.1500. Representando a Recuperada, fizeramse presentes o sócio administrador, Sr. NÉLIO VITOR PALUDO (CPF: 304.150.390-53) e o procurador Dr. FERNANDO DOS SANTOS (OAB/RS 89.395). Para compor a mesa virtual, na condição formal de secretário, a Administração Judicial sugeriu a nomeação do advogado HELIO DANIELI (OAB/RS 23.796), representante legal do credor BANCO BRADESCO, não havendo discordância dos demais presentes, restando aprovada a designação. A lista de presenças da solenidade foi encerrada às catorze horas e cinco minutos (14:05). Verificou-se a presença da seguinte representatividade para cada uma das classes de credores: CREDORES CLASSE I (Trabalhista), sem comparecimentos; CREDORES CLASSE II (Garantia Real), presentes titulares de R\$ 246.400,00, equivalendo a percentual de 12,81% sobre o total (correspondente a 1 credor); CREDORES CLASSE III (Quirografária), presentes titulares de R\$ 2.576.491,73, equivalendo a percentual de 56,35% sobre o total (correspondente a somatório de 5 credores); e CREDORES CLASSE IV (ME/EPP), inexistente. Passada a palavra ao Presidente do ato, disse que restava INSTALADA A ASSEMBLÉIA GERAL DE CREDORES e que, a pedido da Recuperanda, cientificava os credores presentes de que seria colocada sob votação a suspensão do ato por 180 dias, não obstante a orientação acerca da limitação prevista pelo art. 56, § 9º, da Lei 11.101/2005, no sentido de que o prazo máximo para retomada dos trabalhos seria 90 dias a contar da instalação, circunstância que obrigaria a Administração Judicial a, mesmo na hipótese de aprovação do sobrestamento, submeter ao Juízo o controle de legalidade do período excedente ao suscitado prazo máximo antes de prever a data e hora para retomada do conclave. Passada a palavra ao procurador da Recuperanda para considerações a respeito, discorreu sobre os motivos da não apresentação de Plano de Recuperação Judicial neste momento e sobre a situação econômica-financeira atual tanto da empresa quanto do seu titular, no sentido da ausência e situação falimentar. Pedida a palavra pelo representante do credor ALBERTO LUIZ PINZETTA, questionou sobre quais seriam as fontes de recursos para avanço nas negociações caso aprovado o sobrestamento ou o pedido de desistência. Pelo procurador da Recuperanda, informou que o valor viria de empréstimo promovido por irmão do titular da empresa, desde que atingida pacificação com descontos que justificassem essa iniciativa. Pela procuradora do BANCO SANTANDER, foi destacado que todo o contexto do processo indica que não se trata de caso que respeite os princípios e os objetivos da Recuperação Judicial, de modo que não identifica a suspensão como apta a reverter a situação e fazer concretizar tais princípios e objetivos. Pelo procurador do BANCO BRADESCO, antecipou sua predisposição a votar favoravelmente à suspensão por, no máximo, 90 dias, com a condição de que venha aos autos Plano de Recuperação Judicial com melhores condições do que aquelas previstas na proposta consi (retirada de votação pela Ren

suspensão por até 60 dias. Passou-se à votação acerca da suspensão por 180 dias, observando-se, dado o reduzido número de presentes, a metodologia de questionamento aberto, um a um, acerca do seu respectivo voto, alcançando-se resultado de REJEIÇÃO DA PROPOSTA POR UNANIMIDADE. Passou-se, então, à votação acerca da proposta de desistência do pedido de Recuperação Judicial (destacada a ausência de Plano de Recuperação Judicial submetido aos credores, retirada de votação pela Recuperanda a versão do PRJ constante dos autos), aplicada a mesma metodologia de questionamento aberto, um a um dos credores votantes. O resultado alcançado foi o seguinte: CÔMPUTO GERAL: VOTARAM FAVORAVELMENTE à proposta de desistência da RJ credores titulares de 56,45% dos créditos presentes. Pelos CREDORES CLASSE II (Garantia Real), aprovação deu-se por titulares de 100% dos créditos presentes (1 credor favorável / 1 credor votante); Pelos CREDORES CLASSE III (Quirografária), aprovação deu-se por titulares de 52,29% dos créditos presentes (3 credores favoráveis / 5 credores votantes). Finalmente, em atenção à previsão do art. 56, § 4º, da Lei 11.101/2005 e tendo em vista as particularidades do caso (declaração expressa da Recuperanda de ausência de atividade empresarial e de condições de proposta de negociação coletiva), passou-se à votação de concessão de prazo de 30 dias para apresentação de plano alternativo pelos credores, tendo havido seguinte resultado: CÔMPUTO GERAL: Sopesando a abstenção consignada pelo BANCO DO BRASIL no redimensionamento da base de votantes, VOTARAM FAVORAVELMENTE à concessão de prazo para apresentação de plano alternativo pelos credores titulares de 74,66% dos créditos presentes. Pelos CREDORES CLASSE II (Garantia Real), a aprovação deu-se por titulares de 100% dos créditos presentes (1 credor favorável / 1 credor votante); Pelos CREDORES CLASSE III (Quirografária), houve abstenção do BANCO DO BRASIL, com redimensionamento da base de votantes, contando com aprovação por titulares de 71,31% dos créditos presentes (2 credores favoráveis / 4 credores votantes). Foi solicitado pelo representante do credor consignação texto foi endereçado seguinte cujo BANRISUL а reestruturacao@scaadvocacia.com.br: "Não obstante, a manifestação proferida nesta Assembleia Geral de Credores, independentemente do seu resultado, não implicam, de qualquer forma, em renúncia à Garantias originalmente constituídas, sejam elas, mas não se limitando às: Garantias Reais (Hipoteca, Penhor e ou Anticrese), Fiduciária (Alienação e/ou Cessão) ou Fidejussórias (Aval e/ou Fiança), em plena conformidade com o disposto nos artigos 49,§§ 1º e 3º e 50 § 1º, ambos da Lei 11.101/2005, resguardando-se ao credor o direito de perseguir seu crédito contra os coobrigados, executando as garantias e ou tomando quaisquer outras medidas satisfativas previstas em Lei". Foi solicitado pela representante do credor BANCO DO BRASIL a seguinte consignação cujo texto foi endereçado ao e-mail reestruturacao@scaadvocacia.com.br: "- O Banco do Brasil S.A. discorda de qualquer tipo de novação das dívidas e extinção da exigibilidade dos créditos perante os coobrigados/fiadores/avalistas, conforme previsto no art. 49, § 1.º, da lei 11.101/2005. - O Banco do Brasil S.A. discorda do deságio e condições de pagamentos apresentadas, e extinção das obrigações perante os coobrigados/fiadores/avalistas com o cumprimento integral do PRJ, reservando-se o direito de ajuizar, a cobrança judicial dos créditos em face destes, nos termos do § 1º, art. 49 da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência. - A alienação de ativos da recuperanda deve ser efetuada na forma do art. 142, inciso I, da Lei 11.101/2005, sendo que o Banco do Brasil S.A. se reserva o direito de não anuir em provável alienação de bens imóveis gravados com hipoteca em seu favor, conforme previsto no art. 50, § 1.º, da Lei 11.101/2005; - Na contabilização das operações incidirá IOF, na forma da legislação vigente." Pela Administração Judicial, consigna "errata" relativa a equívoco material constante da Ata da 1ª Chamada (em 28/03/2023), tendo constado a identificação da Administração Judicial como exercida pela pessoa física FABRÍCIO NEDEL SCALZILLI, sendo que, em realidade, é apenas representante da Administração Judicial, estando a nomeação na pessoa jurídica hoje denominada SCALZILLI, ALTHAUS & SPOHR ADVOGADOS. Lida a ata na presença de todos, com nada mais a reportar, vai assinada, pelo Sr. Presidente, colhendo-se, via e-mail, o "de acordo" do Sr. Secretário e do procurador da Recuperanda, bem como do único representante da Classe II e de dois credores da Classe III, deixando-se de colher o "de acordo" de representantes da Classe I por ausência de presentes e da Classe IV por ausência de credores habilitados. O resultado da AGC será reportado em petição direcionada ao Juízo da Recuperação Judicial, que, após apreciações de desfecho e legalidade, proferirá competente decisão.

Administração Judicial / Scalzilli, Althaus & Spohr Advogados Presidente da AGC / Eduardo Collet Grangeiro (OAB/RS 76.602)